

# Em poucos dias País começa a varrer o entulho

João Gilberto quer votação das primeiras mudanças dia 25, aniversário da derrota das diretas

O principal projeto político do governo da Nova República é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Antes do ato de convocação é necessário, no entanto, que se remova o chamado "entulho autoritário" acumulado nos 21 anos de regime militar. O primeiro passo já foi dado: por sugestão do presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, formou-se uma Comissão Interpartidária para liberalizar a legislação eleitoral e partidária. Entre os 21 membros da Comissão existe um que se destaca dos demais: é o seu relator, deputado João Gilberto (PMDB-RS), considerado um es-

pecialista em temas constitucionais. Em entrevista exclusiva ao CORREIO BRAZILIENSE ele comenta as reformas propostas pela Comissão e explica o que é uma Constituinte. Na semana passada, João Gilberto concluiu a redação final de uma proposta de emenda à Constituição que prevê, entre outras coisas, representação política para o DF, eleições municipais em 15 de novembro deste ano, legalização dos partidos clandestinos, e a devolução do direito de voto ao analfabeto. Essa proposta poderá ser votada no próximo dia 25 de abril, data da rejeição da emenda Dante de Oliveira.



João Gilberto prevê uma Constituição mais avançada que a de 1946

JOSIAS DE SOUZA  
Da Editoria de Política

— Entre as reformas promovidas pela Comissão Interpartidária, quais as mais importantes?

— Existem três pontos mais importantes: primeiro a devolução da autonomia aos eleitores dos municípios que não podiam eleger os seus prefeitos. Assim está sendo com as capitais, áreas de segurança, estâncias hidrominerais e avançamos até para os municípios dos territórios, que nunca tiveram esse direito. O segundo ponto, e talvez o mais importante, é a mudança do projeto partidário do País. Passaremos a ter um sistema partidário baseado na livre criação dos partidos políticos. Isso é especialmente importante porque estamos às vésperas de uma Assembleia Nacional Constituinte. O terceiro ponto é a devolução do direito de voto aos analfabetos e aos cabos e soldados da Polícia Militar.

— Essa liberalização repentina não é perigosa? O senhor não teme o surgimento de muitos partidos sem representatividade?

— É claro que quando se pretende restituir a livre organização partidária, o que desejamos é que todas as correntes ideológicas se expressem. A regra tem que ser geral; não há como separar o ideológico do fisiológico, e naturalmente surgirão algumas arapucas. Isso aconteceu muito na Espanha, onde se pulverizaram muito os partidos; depois da eleição, no entanto, permaneceram apenas os que tinham condições reais de representatividade. E como se estivéssemos saindo de um quarto escuro e encontrássemos pela frente uma claridade muito forte. Vamos ter um primeiro momento bastante inconveniente com as novas regras do jogo. Costumo dizer que a lei deve garantir a liberdade e o exercício prático se encarrega do resto. Esses partidos fisiológicos tendem a não significar nada.

— Essas mudanças são as mais liberalizantes que o País já teve?

— Nós vamos ultrapassar a Constituição de 1946 em três pontos: o voto do analfabeto, o voto dos cabos e soldados das Polícias Militares e as eleições dos prefeitos de municípios e territórios.

— O senhor está surpreso com a facilidade com que esse assunto foi conduzido até aqui?

— Ficarei mais surpreso no dia em que os projetos estiverem sendo solenemente aprovados pelo Congresso Nacional. Existe ainda uma nova negociação a nível de lideranças partidárias, para viabilizar a aprovação da emenda constitucional (já elaborada) por 2/3 do Congresso. Isso não será fácil, mas os parlamentares precisam assumir a liderança da redemocratização do País.

— Quando será votada a emenda constitucional de reformas eleitorais e partidárias?

— Eu lembro que se aproxima o dia 25 de abril, data da rejeição da emenda Dante de Oliveira. Seria um marco histórico se conseguíssemos marcar para esse dia a aprovação da emenda constitucional. Isso é perfeitamente possível, depende apenas da vontade das lideranças.

— Seria a reabilitação do Congresso depois da rejeição da emenda das diretas?

— Acho que sim. Seria a retirada da primeira pedra do caminho da Constituinte.

— A Comissão Interpartidária tinha um prazo de 20 dias para concluir os seus trabalhos. No entanto, foi elaborada apenas a emenda constitucional, restando ainda toda a discussão

da legislação ordinária. — O prazo não foi suficiente?

— As negociações políticas foram mais complexas do que se imaginava. Cheguei a escrever quatro projetos diferentes antes de chegar ao texto final da emenda à Constituição. Fui recolhendo idéias e aparando arestas até chegar ao projeto definitivo. Na fase de discussão da legislação ordinária, os problemas serão menos políticos e mais técnicos. Teremos que fazer uma nova Lei Orgânica dos Partidos, rever todo o código eleitoral, etc...

— A enfermidade do presidente Tancredo Neves atrapalhou o andamento das reformas?

— Sim. As instituições têm procurado funcionar normalmente, mas a presença política de Tancredo Neves intensificaria o processo de reforma. A emoção tem atrapalhado muito. Se Tancredo estivesse aí, nós, já tínhamos votado essa emenda constitucional.

— A comissão Interpartidária tem apenas 21 membros. Esse número é representativo a ponto de assegurar a aprovação de suas decisões por 2/3 do Congresso Nacional?

— A viabilização de 2/3 da Câmara e do Senado é sempre muito difícil. A comissão é representativa, mas além disso, houve uma negociação paralela com as lideranças. Existem, é verdade, algumas dificuldades. Há quem se oponha, por exemplo, ao voto do analfabeto, ou à realização de eleições diretas para prefeitos das capitais. Nós procuramos remover, na medida do possível, todas as dificuldades através do acordo político.

— Tenho plena convicção de que essas eleições serão aprovadas pelo Congresso. Mantive contato com as lideranças partidárias e nenhuma delas se manifestou contra.

— Então a resistência contra as diretas nas capitais vem de fora do Congresso?

— Pode haver algum lobby de setores que não estão interessados. Alguns dos atuais prefeitos nomeados, ou até os governadores... Eu me lembro que o presidente Tancredo Neves, quando anunciou o seu desejo de promover eleições ainda este ano, estava justamente ao lado de um governador de Estado, que no mesmo momento manifestou sua posição contrária. Em outro episódio, quando fui conversar com o então candidato Tan-

“As instituições são mais importantes que a minha vida, a sua vida, ou a vida de um presidente da República”

— A morte de Tancredo Neves poderia prejudicar o projeto de mudanças na legislação eleitoral e partidária?

— Espero que não. O País está preparado para enfrentar qualquer problema desse tipo. Existe a conscientização de que as instituições devem funcionar. Elas são mais importantes que a minha vida, a sua vida ou a vida de um presidente da República.

— Existe alguma ameaça à realização das eleições para prefeitos das capitais no dia 15 de novembro deste ano?

— Não. A comissão Interpartidária aprovou a representação política para o Distrito Federal, mas somente a nível federal. Por que não criar uma Câmara de Vereadores em Brasília?

— Considero a representação local do DF mais importante que a representação Federal. A cidadania se manifesta de forma mais latente a nível local. A inversão dessa regra foi, contudo, necessária, para viabilizar a participação do cidadão brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte, através da eleição, em 1986, de 3 senadores e 8 deputados. A inexistência de um consenso no âmbito da comissão e na própria sociedade civil do DF dificultou a aprovação de uma representação local.

— Na próxima terça-feira a comissão começa a mexer na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). Setores progressistas do Congresso defendem a sua extinção definitiva. Esta seria a melhor solução?

— Essa é outra discussão forte. A LOPP é vista como uma peça do autoritarismo, uma vez que permite a interferência em aspectos internos da vida dos partidos. Mas tem um detalhe: algumas normas da LOPP servem justamente para garantir a participação desses setores mais progressistas, que eram esmagados dentro dos partidos. Doutrinariamente eu até seria favorável à extinção da LOPP, mas na prática essa lei se torna necessária para evitar que os partidos se transformem em instrumentos nas mãos de suas cúpulas.

credo Neves, em dezembro, encontrei-me na ante-sala com um governador que saía. Em seguida, brinquei com Tancredo: Aposto que ele veio fazer pressão contra as eleições. E o Presidente me reafirmou com muita ênfase sua convicção de que as diretas nas capitais sairiam este ano, inclusive como uma espécie de aval das intenções renovadoras do seu governo.

— A comissão Interpartidária aprovou a representação política para o Distrito Federal, mas somente a nível federal. Por que não criar uma Câmara de Vereadores em Brasília?

— Considero a representação local do DF mais importante que a representação Federal. A cidadania se manifesta de forma mais latente a nível local. A inversão dessa regra foi, contudo, necessária, para viabilizar a participação do cidadão brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte, através da eleição, em 1986, de 3 senadores e 8 deputados. A inexistência de um consenso no âmbito da comissão e na própria sociedade civil do DF dificultou a aprovação de uma representação local.

— Na próxima terça-feira a comissão começa a mexer na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). Setores progressistas do Congresso defendem a sua extinção definitiva. Esta seria a melhor solução?

— Essa é outra discussão forte. A LOPP é vista como uma peça do autoritarismo, uma vez que permite a interferência em aspectos internos da vida dos partidos. Mas tem um detalhe: algumas normas da LOPP servem justamente para garantir a participação desses setores mais progressistas, que eram esmagados dentro dos partidos. Doutrinariamente eu até seria favorável à extinção da LOPP, mas na prática essa lei se torna necessária para evitar que os partidos se transformem em instrumentos nas mãos de suas cúpulas.

— Que tipo de benefícios práticos os partidos terão com as mudanças propostas?

— Todos os partidos clandestinos poderão se organizar. Além disso, será agilizado o processo de formação dos partidos. Pela Lei Orgânica que está sendo estruturada nós teremos um processo rápido de registro. Um partido novo poderá estar funcionando legalmente num prazo de 30 a 45 dias. Outro ponto muito importante é a liberação das coligações ou associações entre os partidos. Toda essa parte de legislação ordinária deverá ser concluída em 15 dias, quando o outro projeto, a emenda constitucional, já estiver em fase de votação.

— O PDS ameaça condicionar a aprovação desses projetos à redução do mandato do presidente da República. Esse assunto pode ser discutido antes da constituinte?

— A forma doutrinariamente mais correta seria deixar este assunto para ser resolvido pela Constituinte. O Brasil, no entanto, vive uma situação atípica, em que a prática substitui a doutrina. O tema foi levantado pelo próprio Tancredo Neves. Eleito por regras constitucionais que lhe asseguram seis anos de mandato, ele prometeu

“Conseguir dois terços do Congresso para aprovar as reformas não será fácil, mas os parlamentares precisam assumir a liderança da redemocratização do País”

que ficaria apenas quatro anos. Se a manutenção dos seis anos de mandato na Constituição significar descrédito do governo perante a opinião pública e à oposição, devemos resolver logo este assunto. Apenas o momento me parece impróprio porque estamos em plena interinidade do presidente José Sarney, e poderia parecer descrédito à sua pessoa, o que seria terrível.

— A antecipação da convocação da Constituinte para o final deste ano, como chegou a propor o Diretório Nacional do PT, é viável?

— Em princípio estamos trabalhando com ideia de convocar somente em 86. O povo ainda não começou a discutir o seu projeto nacional de Constituinte com a intensidade que deveria. Assim, é bom que a convocação só venha em 86, para possibilitar maior tempo de discussão. Mas não afasto a hipótese de uma Constituinte anterior a 86.

— Quem deve convocar a Constituinte?

— Esse é o principal projeto político do governo. Por isso mesmo, tenta-se reservá-lo para o presidente Tancredo Neves, mas creio que o problema será enfrentado pelo conjunto da Nação, sob a liderança do governo e do Congresso.

— O que é uma Assembleia Nacional Constituinte?

— Quando nos reunimos em Assembleia para criarmos uma Associação, o primeiro passo é a definição do tipo de entidade que queremos. Essa é a vontade política. Pode ser uma Associação Comunitária, um Clube de recreação... Essa vontade se transfere para um papel, denominado Estatuto. A Constituição é o estatuto de uma Nação; uma espécie de contrato social do País. A Assembleia Nacional Constituinte vai refazer todo esse contrato. E como se o País se tornasse independente e fosse elaborar o seu primeiro contrato social. Ele deve ser precedido de um envolvimento de toda a sociedade.

— O Sr. não acha que o debate já deveria ter começado?

— De certa forma ele já começou. O envolvimento dos três poderes na discussão é que vem sendo retardado, justamente pela enfermidade do presidente Tancredo Neves. O assunto tem sido conduzido desta forma até por uma questão de respeito ao Presidente; para não precipitar o debate antes da presença do líder da Nova República. Agora nós temos que rever essa posição. Temos que começá-lo já.

— A suspensão dos percentuais mínimos exigidos para que os partidos políticos tenham direito a representação no Congresso, medida já aprovada pela Comissão Interpartidária, facilitará a representação na Constituinte? A comunidade gay, por exemplo, poderá eleger um representante?

— Se ela for mobilizada, sim. Se o principal objetivo do eleitor gay for eleger um constituinte que tenha esse tipo de identidade, ele o fará facilmente. Basta ter peso eleitoral.